

P.R.

MANDATO

Transferir a decisão da duração do mandato para a Constituição não livra Sarney do problema. Ele terá de neutralizar mais duas emendas, ambas propondo eleições no ano que vem.

JORNAL DA TARDE

Diretas-88?

Com a decisão da convenção nacional do PMDB de nada decidir, o presidente Sarney afastou o risco de ter seu mandato reduzido para quatro anos. Mas pode ter sido uma vitória provisória. Amanhã, o deputado Arnaldo Faria de Sá, um petebista que assegura não ter intenções de integrar o bloco suprapartidário organizado pelo líder governista Carlos Sant'Anna apenas para alongar a permanência de Sarney no poder, apresenta à Comissão de Sistematização projeto de decisão marcando eleições presidenciais para 15 de novembro do próximo ano.

Até sexta-feira passada, a assessoria do parlamentar redobrava esforços para coletar as derradeiras subscrições necessárias ao encaminhamento da proposta. Antes de fazê-lo, Arnaldo Faria de Sá discutiu sua viabilidade com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, do qual disse ter recebido estímulos. Não deve ter sido nesses termos. Bernardo Cabral é amigo pessoal do presidente da República e não deverá patrocinar, com um seu parecer, essa nova tentativa de defenestrá-lo do Palácio do Planalto.

Cabral não deverá, no entanto, bloquear completamente a iniciativa. Se o fizesse, estaria antecipando seu relatório final sobre os trabalhos da Sistematização. Afinal, esta manifestação prévia serviria para esvaziar politicamente seu relatório, que ele espera provoque grande repercussão política. O mais provável é que o parlamentar permanecerá no meio termo, sem entrar no cerne do problema, que é a redução do mandato do presidente Sarney. Se não houver nenhum fato até lá, Cabral deverá opinar pela inclusão do tema nas disposições transitórias à parte do texto constitucional adequada à inclusão do tema. E mais: dirá também que, assim procedendo, estará colaborando para encerrar uma discussão que vem tumultuando os trabalhos da Constituinte, o que também afirma o autor da propos-

ta, embora sob motivação diferente. Só que nada disso acontecerá e a questão vai continuar na ordem do dia.

Não fosse o controle exercido pelo governo sobre a maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização e esse aspecto seria irrelevante. Afinal, qualquer que seja a manifestação de Bernardo Cabral, contra ou a favor da proposta, ela terá de ser submetida ao voto dos membros da comissão. Dificilmente será aprovada. Até agora, um único projeto de decisão, transformando parte da dívida externa em capital de risco, foi aprovado, mas graças a cocho do líder governista Carlos Sant'Anna.

Se conseguir passar pela Comissão de Sistematização, terá ainda que ser aprovada em dois turnos pelos 559 constituintes. Não é tarefa fácil, mas forçosamente levará o governo a novas e fisiológicas negociações, agravando ainda mais o seu avançado processo de desgaste. O mais previsível é que a iniciativa morrerá na Comissão de Sistematização, mas nem assim Sarney terá se livrado dessa discussão. Vencendo mais essa dificuldade, outras virão, como por exemplo a emenda popular que será apresentada com alguns milhões de assinaturas propondo eleições diretas no próximo ano.

Avaliação

O resultado da convenção do PMDB e outros assuntos políticos foram avaliados calmamente por Sarney e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no último sábado. Nessa conversa, Ulysses afirmou que não aceita a formação do bloco suprapartidário para a ampliação de apoio ao governo, embora tenha reconhecido que esse é um problema do próprio Sarney. Mas, se o presidente optar por uma maior sustentação, Ulysses é de opinião que a participação majoritária do PMDB não deve ser alterada.

— Por que vamos recusar apoio



de outros partidos se é em favor do presidente? — ponderou Ulysses, acrescentando que a Aliança Democrática está aberta para aceitar apoio de outros partidos, como PTB e PDS. Mas daí a concordar com a formação de um bloco suprapartidário, Ulysses não aceita. “Não vai haver bloco nenhum”, disse ele. “O apoio tem que vir de partidos bons e competentes e que também são bons para a democracia.”

Se o apoio vier de outros partidos, Sarney não desconhece que terá de abrir espaços em seu primeiro escalão para acomodar as novas forças. “O presidente é senhor e juiz de uma possível reforma ministerial”, decretou ontem o presidente do PFL, senador Marco Maciel. Ele acredita, porém, que a única maneira de seu partido ter melhor participação no governo é assumindo responsabilidades — e disso decorrem os cargos e as funções que reivindicam. Mas Maciel assegura que o PFL não pretende exercer pressões sobre uma reforma ministerial: “Num regime presidencialista isso é atribuição do próprio presidente”.

Hoje, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, tem um encontro com Sarney: vai apresentar reivindicações de sua bancada, no sentido de que cessem as discriminações que seus correligionários sofrem por parte dos ministros do PMDB. Lourenço deverá também propor maior sustentação política ao governo com a inclusão do PTB na Aliança, a fim de compensar as perdas sofridas entre os setores do PMDB que deixaram de apoiá-lo.